

# Arinos apela por entendimento

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, num gesto inédito, convocou um parlamentar a falar durante a sessão de apresentação de emendas populares sobre reforma agrária, para que fossem ouvidos os dois lados da questão. Depois, foi aplaudido pelo plenário e galerias, ao fazer um apelo em favor do entendimento e do desarmamento dos espíritos, advertindo que, de outra forma, não se fará a nova Constituição.

A reforma agrária foi defendida pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, que pediu o condicionamento do direito de propriedade ao preenchimento da função social da terra.

Arinos então chamou para falar o deputado Roberto Cardoso Alves. Cardoso Alves reagiu às acusações de que os proprietários estão expulsando e matando camponeses sem terra, e apresentou seu conceito de propriedade: "A terra produtiva é um santuário intocável".

Dirigindo-se ao público, Arinos disse que para os parlamentares a negociação é o item mais importante, e pediu às galerias que compreendessem a necessidade da negociação, e fez um apelo aos constituintes: "se não tivermos um entendimento, nós não faremos a Constituição".

O deputado estadual pelo Pará, Valdir Ganzer, em nome da CUT e da CPT, apresentou números sobre o crescimento da violência no campo: de 1964 a 1985, 1.123 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos de terra, e somente na Nova República — de 1986 ao primeiro semestre deste ano — já foram mortos 691.

Os proprietários foram representados pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, que apresentou proposta tornando inviolável o direito de propriedade, a não ser no caso de "terras inexploradas".

## Monopólio

A sessão de ontem da Comissão de Sistematização teve também a presença do presidente da ABI, jornalista Barbosa Lima Sobrinho, falando em nome dos subscritores de emenda popular pela preservação do monopólio estatal do petróleo. Barbosa Lima centrou seu pronunciamento na demonstração de que os contratos de risco devem ser rigorosamente proibidos, porque são ineficientes do ponto de vista técnico e danosos politicamente.

## Emendas sobre tributação já chegam a 108

A disputa para obter maior participação dos estados e municípios na receita tributária arrecadada pela União, que já se trava entre os líderes dos diversos partidos representados na Assembleia Nacional Constituinte, torna-se mais feroz na Comissão de Sistematização. Apenas a alínea "c", inciso I, do artigo 213 do projeto substitutivo do relator Bernardo Cabral, que trata da matéria em apenas duas linhas, já recebeu 108 emendas.

Ao contrário da maioria das lideranças, que considera exagerado o repasse de 45% da receita tributária da União para os estados e municípios, grande parte das emendas que estão sendo recebidas pela Comissão de Sistematização pretende até ampliar esse percentual.

Este é o caso, por exemplo, do deputado Renato Johnsson (PMDB-PR), que apresentou emenda ampliando o percentual de participação para 66%, a serem distribuídos da seguinte forma: "32% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; 33% ao Fundo de Participação dos Municípios; e 1% para aplicação nas regiões Norte e Nordeste, através de suas instituições oficiais de fomento regional". Outras emendas, como as dos deputados Inocêncio Oliveira, do PFL de Pernambuco, e Orlando Bezerra, do PFL do Ceará, ampliam o percentual para, respectivamente, 49% e 50%.

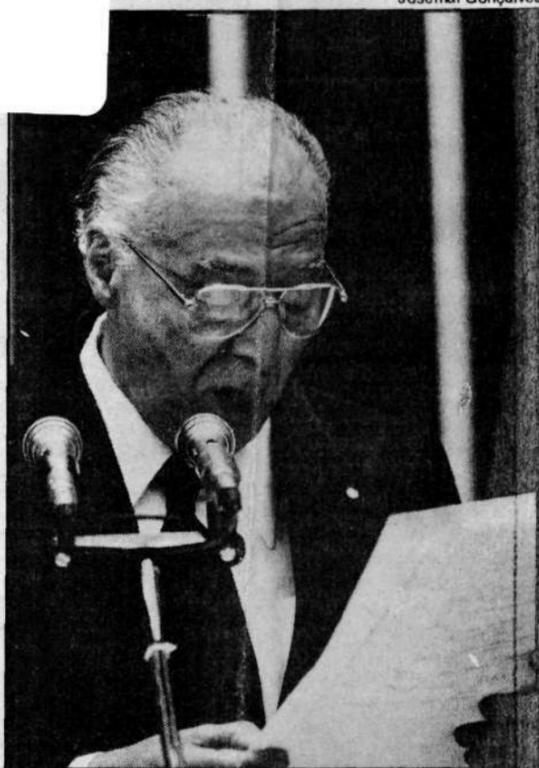
## Justificativa

Renato Johnsson justifica a sua emenda afirmando que a repartição das receitas tributárias entre União, estados e municípios deve ser equânime. "As responsabilidades nos diversos níveis exigem que haja uma melhor divisão, fortalecendo estados e municípios. A diminuição dos recursos da União irá, por sua vez, restringir a atividade do Governo na área econômica e forçar a redução do déficit público".

Outro ponto polêmico que pode ser observado através do exame das emendas é a disputa que se trava em torno da aplicação dos 2% do orçamento reservados para aplicação nas regiões Norte e Nordeste. O projeto de Bernardo Cabral prevê que eles saíam diretamente do orçamento da União e entregues aos governos estaduais. Os parlamentares do PFL, como o vice-líder Inocêncio de Oliveira, consideram que estes recursos deveriam ser aplicados pelos organismos regionais, como Sudene e Sudam, para não privilegiar os governadores do PMDB, que são a grande maioria na região.



José Francisco prega função social da terra



Amato quer menor ação do Estado na economia

## Amato defende uma menor participação estatal no mercado

A manutenção e o fortalecimento da economia de mercado, o aperfeiçoamento do regime de livre empresa e uma clara delimitação do campo do Estado na economia. Estas são definições que os empresários querem ver estabelecidas na nova Constituição e que foram defendidas ontem pelo presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, no plenário da Comissão de Sistematização.

A emenda, promovida pela Fiesp, Centro de Indústrias do Estado de São Paulo e Federação do Comércio do Estado de São Paulo, foi subscrita por 30 mil eleitores. Segundo Amato, o objetivo da proposta é "o fortalecimento da economia, por meio de um capitalismo moderno, comprometido com o bem-comum e com a satisfação das necessidades da população brasileira".

Antes de fazer esse discurso, o presidente da Fiesp teve que ouvir o deputado Olívio Dutra (PT-RS), defensor de uma proposta

contrária a sua. Dutra pregou o aumento da presença do Estado na economia, principalmente no sistema financeiro. Mário Amato não se manifestou, mas disse na tribuna de que "só através da iniciativa privada alcançaremos uma economia mais forte e conseqüentemente uma sociedade mais justa, com a indispensável paz social".

## Esperança

Mário Amato afirmou ainda que os empresários esperam que a nova Constituição consolide a transição da estatização para uma economia de mercado, "da competição franca e sadia, onde a competência e a eficiência substituam o sistema de decisões arbitrárias".

O empresário pediu uma nova ordem que corrija e discipline o poder "tutelar do Estado sobre a sociedade, revertendo-o em maior poder de controle da sociedade sobre o Estado". Ele considera que o "lucro corresponde a um fim social".

## Defesa cai no vazio

A defesa da emenda popular que cria um imposto único para minerais, feita pelo deputado Walmor de Luca (PMDB-SC), não conseguiu atrair constituintes e nem a população. As 18h30, no meio do discurso de defesa da tese, havia nada mais que três constituintes assistindo ao debate.

Revoltado, Walmor de Luca atribuiu a ausência dos constituintes aos conchavos sobre o projeto de Constituinte, que aconteciam longe do foro competente — o plenário da Assembleia — e sem a vigília essencial do povo. Ele disse ainda que a ausência do povo é explicada pelo desgaste da As-

sembléa Nacional Constituinte, em função exatamente das inúmeras discussões em paralelo.

## Culpados

Para o deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), a culpa do desinteresse dos constituintes é da própria Mesa da Assembleia: "Não é possível que temas importantes como este sejam levados ao plenário sem que haja discussão ou análise. As emendas populares tinham de ser discutidas em plenário e votadas".

A emenda popular em questão veio à Constituinte assinada por três entidades e com o respaldo de 31.239 assinaturas.

## PFL recebe adesão formal de Simonsen

Udenista na juventude e arenista no Governo militar, o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen é, desde ontem, filiado ao PFL, partido ao qual dará assessoria técnica para as questões econômicas. Interlocutor freqüente do presidente José Sarney, amigo do secretário particular da Presidência, Jorge Murad, consultor informal de todos os planos cruzados do Governo atual, Simonsen pretende auxiliar o PFL apenas quando for solicitado e descarta qualquer possibilidade de fazer carreira política.

"Provavelmente eu não teria nem o meu voto se fizesse isso" ironiza o ex-ministro da Fazenda ao se recusar a seguir os passos do principal articulador de sua entrada no PFL, o deputado Francisco Dornelles (RJ) "que era técnico e virou político". A entrada do ex-ministro reforça ainda mais a presença do ex-presidente Ernesto Geisel na Frente Liberal, onde já estão alguns de seus mais freqüentes interlocutores, como os ministros Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen e o senador Marco Maciel.

Com atraso de uma hora por causa do defeito na porta do avião que o levou do Rio para Brasília, Simonsen, aos 52 anos, os cabelos praticamente brancos e a mesma disposição para acender um cigarro atrás do outro, gastou menos de um minuto para agradecer a seu novo partido:

"É com emoção que me filio ao PFL formalmente. De coração já sou do partido desde a sua fundação. E a melhor solução para o País", limitou-se a dizer.

## Déficit

"O maior problema do Brasil ainda é o déficit público" disse ontem o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, após assinar sua ficha de filiação no PFL". Aproveitou para elogiar o Plano Bresser, e disse que as intenções do atual ministro são boas, mas que existem muitas dificuldades para se executar uma política de contenção de custos e eliminar o déficit.